

JORNALISMO LITERÁRIO NA INTERSECÇÃO HISTÓRICA: O CASO DO LIVRO *FURRIEL NÃO É NOME DE PAI: OS FILHOS QUE OS MILITARES PORTUGUESES DEIXARAM NA GUERRA COLONIAL*, DE CATARINA GOMES

Literary Journalism in the Historical Intersection: the Case of the Book "Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial", by Catarina Gomes

Juliana Ruas (ISCSP, ULisboa)

Raquel Baltazar (ISCSP, CAPP, ULisboa) <https://orcid.org/0000-0001-7010-3994>

Rita Amorim (ISCSP, CAPP, ULisboa) <https://orcid.org/0000-0003-3119-4541>

Isabel Soares (ISCSP, CAPP, ULisboa) <https://orcid.org/0000-0002-4077-5084>

Em 2014, a jornalista Catarina Gomes publicou o livro *Pai, tiveste medo?*, em que descreve a forma como o tema da Guerra Colonial Portuguesa chegou à geração dos portugueses filhos de ex-combatentes. Das suas idas à Guiné-Bissau, Angola e Moçambique nasceram várias reportagens sobre filhos que nasceram de soldados portugueses em África que lhe valeram os Prémios Gazeta (multimédia), o Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença e o Prémio Internacional de Jornalismo Rei de Espanha. Quebrou o silêncio e o tabu ao relatar a vida de crianças que procuravam os seus pais numa reportagem para o jornal *Público*. Em 2018, publicou-a em formato livro sob o título *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial*. Um livro de não-ficção que reúne inúmeros testemunhos de homens e mulheres que nasceram de uma relação entre um militar português e uma mulher africana, entre 1961 e 1974, muitos deles abandonados pela figura paterna e rejeitados, na infância, pela comunidade. Através da imersão, observação e entrevista, Catarina Gomes conta as histórias dos «restos de tuga» ou «filhos do vento», sobreviventes «incompletos», «meias pessoas». A voz autoral e a vontade de resgatar do esquecimento e do desconhecimento os filhos daqueles que ainda hoje choram a orfandade paterna concede a Catarina Gomes um lugar no jornalismo literário. A obra evidencia a necessidade de políticas de reparação, apoio social, inclusão, memória, igualdade de género e acesso à informação e justiça para lidar com as consequências dessas situações históricas.

In 2014, the Portuguese journalist Catarina Gomes published the book *Dad, Were You Afraid?*, in which she describes how the issue of the Portuguese colonial war reached the generation of Portuguese children of former soldiers. Gomes' trips to Guinea-Bissau, Angola, and Mozambique resulted in several works of reportage about children born to Portuguese soldiers in Africa. She won the Gazeta Awards (multimedia), the AMI Award – Journalism Against Indifference and the King of Spain International Journalism Award. The author broke the silence and the taboo by reporting on the lives of children who were looking for their parents in a reportage work for the *Público* newspaper. In 2018, she published it in book format under the title *Furriel is not a Father's Name: The Children that the Portuguese Military Left Behind in the Colonial War*. A non-fiction book that brings together countless testimonies of men and women who were born from a relationship between a Portuguese soldier and an African woman, between 1961 and 1974, many of them abandoned by their father figure and rejected, in childhood, by the community. Through immersion, observation, and interviews, Catarina Gomes tells the stories of the "remains of tuga" or "children of the wind", "incomplete" survivors, "half people". The authorial voice and the desire to rescue the children of those who still mourn their paternal orphanhood from oblivion and ignorance give Catarina Gomes a place in Literary Journalism. The work highlights the need for policies of reparation, social support, inclusion, memory, gender equality, and access to information and justice to deal with the consequences of these historical situations.

Palavras-chave

Jornalismo literário, Guerra Colonial Portuguesa, Catarina Gomes, ex-combatentes

Keywords

Literary Journalism, Portuguese Colonial War, Catarina Gomes, former soldiers

Cómo citar este artículo: Ruas, J., Baltazar, R., Amorim, R., Soares, I. (2025). Jornalismo literário na intersecção histórica: o caso do livro *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial*, de Catarina Gomes. *TSN. Transatlantic Studies Network*, (19), 104-112. <https://doi.org/10.24310/tsn.19.2025.22989>. **Financiación:** este artículo no cuenta con financiación externa.



Esta obra está bajo licencia internacional Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 4.0.

Introdução

Em Portugal, o tema das repercussões da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974) tem sido pouco trabalhado. Embora seja abordado através da arte (Madeira, 2016), da literatura (Cardina, 2020) e da investigação,

os sujeitos desses confrontos pouco se têm pronunciado sobre este legado. Durante o conflito entre Portugal e as então colónias ultramarinas, o regime fascista manteve uma política de silêncio em relação às experiências vividas pelos militares (Ferreira, 2013). O Estado Novo

controlava o que era dito pela população, de modo a evitar que os efeitos reais da guerra fossem divulgados (Madeira, 2016). O quotidiano dos soldados portugueses não era reportado pelos jornalistas, uma vez que fugia da representação da Guerra Colonial feita em Portugal pela máquina propagandística do regime. Ressalva-se o caso do cartunista Augusto Cid (La Valle, 2017), que retratava a vida militar de forma satírica. Após o conflito também o regime democrático evidenciou falta de apoio psicológico e institucional aos ex-combatentes (Cardina, 2017). Uma das questões menos representadas no jornalismo da época é a das relações amorosas que os soldados portugueses estabeleciam com as mulheres negras de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Destas relações amorosas e sexuais consentidas, ou das violações, nasceram crianças mestiças, muitas delas abandonadas pelo pai depois do cumprimento do serviço militar obrigatório (Gomes, 2018). Cresceram esquecidas pela sociedade portuguesa e marginalizadas pela sua própria comunidade.

Neste sentido, em 2014 a jornalista Catarina Gomes relatou a vida destes filhos que procuravam os seus pais numa reportagem para o jornal *Público*, e, em 2018, publicou-a em formato livro intitulado *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial*. Como explica:



A razão de ser deste livro, e o seu ponto de partida, é essa história coletiva que comecei a contar no *Público* e que nunca mais me largou. Passei os últimos quatro anos da minha vida, desde a reportagem, mergulhada nestas histórias. E por isso quis voltar à Guiné sozinha, em 2015, para continuar a contá-las, e continuo até hoje a manter-me ligada às suas vidas. (Gomes, 2018, p. 19).

Trata-se de um livro de não-ficção que reúne inúmeros testemunhos de homens e mulheres que nasceram de uma relação entre um militar português e uma mulher africana negra, entre 1961 e 1974, muitos abandonados pela figura paterna e rejeitados na infância pela sua comunidade. Desde que descobriram o seu passado, estes filhos têm procurado pela identidade dos seus pais e desta forma, a obra da jornalista portuguesa dá-lhes voz e visibilidade. Este artigo faz uma análise das características jornalístico-literárias da obra de Catarina Gomes com o objetivo de integrá-la neste género no contexto português.

Jornalismo literário: contextualização histórica e evolução

Ao longo dos séculos, o jornalismo destacou-se como uma forma de comunicação relevante para a sociedade, que a informa de fenómenos, situações e ideias que ocorrem a nível local, nacional e global (Beltrão, 1980), servindo como um meio de vigilância para os indivíduos (McQuail, 1987, apud McNair, 2005). Permite que estes participem da vida pública e política e tenham momentos de esclarecimento, entretenimento e educação sobre algum tema (McNair, 2005). Neste sentido, importa aos jornalistas descrever a realidade de forma objetiva e transparente, sendo conduzidos pela norma da objetividade, orientando para um relato neutro dos factos (Schudson, 2001). Assim, a veracidade do jornalista torna-se uma condição de qualquer prática jornalística, incluindo a do jornalismo literário.

O jornalismo literário caracteriza-se pela presença da voz do autor na narrativa, pela imersão na história e na vida das personagens, o que pode levar anos de investigação (Sims, 2007), e pelo uso de técnicas literárias que enriquecem o texto, tais como a construção cena a cena, o uso de diálogos, os símbolos de *status* de vida e o ponto de vista flexível (Wolfe, 2005, apud Martinez, 2017). O jornalista literário tem a oportunidade de revelar ao público realidades e pontos de vista sociais que estão fora do foco mediático e de apresentar as histórias de vida daqueles que são marginalizados e negligenciados pela sociedade (Cramer & McDevitt, 2004, apud Trindade & Inácio, 2017). O jornalismo literário,

sendo um género híbrido que une o jornalismo e a literatura (Soares, 2021), explora, por um lado, a factualidade e a realidade do jornalismo (Domingues, 2016) e, por outro, as técnicas e estratégias literárias, com o objetivo de conceder um maior rigor ao discurso original dos intervenientes, proporcionando uma construção do texto, através da apresentação de cenas, que permite o avanço da história através da visão do seu autor (Trindade & Soares, 2016). Converte, assim, o estilo de escrita da literatura com a veracidade jornalística. De acordo com John Bak (Mateus *et al.*, 2021), o jornalismo literário não teve origem num país em concreto e manifestou-se numa tradição mundial que poderá ter surgido em diferentes momentos de cada país. Alguns autores revelam encontrar raízes deste género na Pré-História, na sociedade egípcia e noutros contextos, mas grande parte dos estudiosos indicam o século XIX, nos Estados Unidos da América (EUA), como o período mais significativo do Jornalismo Literário (Jacobson *et al.*, 2015). Assim, a emergência deste jornalismo nos EUA manifestando-se, inicialmente, através de prosas generalizadas nos jornais americanos – os esboços (sketches) – possibilitava uma escrita mais literária de determinados temas sociais, para serem avaliados pelos seus leitores (Sims, 2007).

Os leitores tinham acesso a um jornalismo mais interpretativo, com artigos sobre temas que não eram apresentados tradicionalmente (Zdovc, 2004) e cuja narrativa apelava às suas emoções (Jacobson *et al.*, 2015). Uma posterior vaga do Jornalismo Literário remonta para a década de 1930, que se caracterizava pela publicação do género em revistas e livros para relatar problemas relacionados a questões sociais, como a pobreza e a guerra (Jacobson *et al.*, 2015). A partir de 1960, obras narrativas de não ficção, de autores como Joan Didion, Gay Talese e Hunter S. Thompson, foram publicadas em jornais, revistas e livros, impulsionando o «novo jornalismo» nomeado por Tom Wolfe (Connery, 1992, apud Jacobson *et al.*, 2015). Ao retratar acontecimentos reais do quotidiano de forma aprofundada (Zdovc, 2004), esta nova fase de renovado fulgor deste género permitiu mudanças culturais de alcance mediático na sociedade americana, alterando as fronteiras do jornalismo tradicional através da introdução de técnicas normalmente associadas a romances e a contos (Wolfe, 1973, apud Zdovc, 2004) e de uma voz mais pessoal dos repórteres nos textos (Pauly, 2020). Deste modo, Tom Wolfe identificou quatro características do novo jornalismo (Wolfe, 1973, apud Zdovc, 2004): a) a construção cénica, como na narração tradicional de histórias; b) a reprodução de diálogos, tal como foram ditos para dar uma maior credibilidade à narrativa (Soares, 2021); c) o ponto de vista da terceira pessoa, relacionado com interpretação subjetiva do jornalista em relação aos factos que narra (Gillespie,

2012); d) a caracterização das personagens, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais ou os detalhes do ambiente (Wolfe, 2005, apud Faria, 2011).

Os *new new journalists* desenvolveram novas estratégias de imersão e prolongaram o tempo de observação sobre um determinado acontecimento, com o objetivo de apresentarem através do relato uma perspetiva precisa e esteticamente agradável da realidade (Boynton, n. d.). Burke *et al.* (2006) referiram que Tom Wolfe ressaltava a criatividade e rejeitava as técnicas formais do jornalismo tradicional, e Boynton enfatizava uma reportagem rigorosa, mas orientada por detalhes. Atualmente, estudiosos indicam que não há uma definição universal de jornalismo literário, que dispõe de variadas designações (Martinez, 2017), nem do que define uma obra como tal, pela diversidade de tradições jornalístico-literárias existentes em todo o mundo (Mateus *et al.*, 2021), podendo manifestar-se em diversos formatos, como reportagem (Soares, 2021), documentário (Soares, 2019), crónica (Trindade, 2021) ou livro (Coutinho, 2021).

Jornalismo literário na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Alguns autores, como Bak (Mateus *et al.*, 2021) e Trindade (2016), referem que, por um lado, a prática de jornalismo literário difere de um país para o outro, tendo em conta a sua relação cultural e histórica com a palavra escrita, e, por outro, reflete a cultura própria de uma determinada sociedade. Considerando a existência de diferentes tradições jornalísticas e literárias na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aponta-se a evolução deste género em alguns dos seus países-membros, nomeadamente em Portugal, no Brasil e em Angola. A emergência do jornalismo literário em Inglaterra, nos finais do século XIX, através de jornais como o *Pall Mall Gazette*, e a sua influência em Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Jaime Batalha Reis e Fialho de Almeida (Rosa, 2019) contribuíram para a publicação de obras próximas ao Jornalismo Literário, por parte desses jornalistas portugueses (Coutinho, 2021). De acordo com Soares (2021), em *Revista Inglesa*, Batalha Reis já usava da construção cénica, para avivar a narrativa verídica das suas crónicas, e revelava a presença da sua voz nos textos, contrariando o princípio da neutralidade e permitindo ao leitor visualizá-lo nos contextos descritos. Segundo Coutinho e Passos (2020) o desenvolvimento do jornalismo literário em Portugal deu-se através da cobertura da I Guerra Mundial (1914-1918) pelo jornalista Hermano Neves, e da reportagem sobre «A noite sangrenta», escrita em 1924 por Consiglieri de Sá Pereira.

Após 1926, a evolução deste género foi feita lentamente, dado que Portugal enfrentava a censura do Estado Novo desde 1933, porém Coutinho e Passos (2020) destacam o jornalista Mário Neves com a cobertura do Massacre de Badajoz, em 1936, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Importa sublinhar, no entanto, que a censura limitava os meios de comunicação social, pelo que algumas das características essenciais do jornalismo literário, como a liberdade individual de interpretação dos factos, não estavam presentes nos textos dos jornalistas (Trindade, 2018). Atualmente, Miguel Sousa Tavares, José Luís Peixoto, Sílvia Caneco e Paulo Moura, Isabel Nery, Raquel Ochoa, Susana Moreira Marques são alguns nomes identificados como jornalistas literários portugueses. Podem, ainda, ser referidas as revistas digitais *Divergente* e *Gerador*, que se dedicam a um jornalismo lento e narrativo. Já no Brasil, os grandes percursos deste género foram Euclides da Cunha (1866-1909), que fez a cobertura da Guerra de Canudos, em 1897, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, e João do Rio, pseudónimo de Paulo Barreto (1881-1921), que relatava as transformações da sociedade brasileira através de crónicas. Ambos os autores se associam ao jornalismo literário contemporâneo por terem dado voz às pessoas comuns, aos seus problemas e às suas limitações no início do século XX (Martinez, 2009).

Se na década de 1960 as revistas *Realidade* e *Jornal da Tarde* representaram o expoente máximo do jornalismo literário no Brasil (Martinez, 2009), na atualidade a revista *piauí* (Martinez, 2017), bem como a jornalista Eliane Brum tornaram-se referência para este estilo jornalístico (Trindade & Soares, 2016). Em Angola, por sua vez, alguns artigos que eram escritos no magazine *Vida*, nomeadamente por Magdala Azulay, Reginaldo Silva e José Kaliengu, aproximavam-se do conceito de jornalismo literário (Trindade, 2016), porém foram as crónicas de Luís Fernando que marcaram este género em Angola. O jornalista, cuja escrita, dura, mas viva, aproxima-se da tradição da crónica latino-americana (Trindade, 2016), opta pela apresentação de uma realidade que está fora da agenda mediática, dando visibilidade a quem precisa de ser notado e não apenas visto (Trindade, 2021).

A Guerra Colonial (1961-1974): contextualização histórica e o legado do conflito

A Guerra Colonial Portuguesa, ou a Guerra do Ultramar, foi um conflito militar entre Portugal e Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Teve início em 1961, em Angola, e que se expandiu para a Guiné-Bissau, em 1963 e, um ano mais tarde, para Moçambique

Trata-se de um livro de não-ficção que reúne inúmeros testemunhos de homens e mulheres que nasceram de uma relação entre um militar português e uma mulher africana negra, entre 1961 e 1974, muitos abandonados pela figura paterna

(Ferreira, 2013). A guerra, que duraria 13 anos, terminou com a queda do Estado Novo em Portugal, em consequência da Revolução do 25 de abril de 1974 (Ferreira, 2013). O acontecimento que marcou o início da contestação armada à dominação colonial em Angola foi o assalto à cadeia de Luanda, a 4 de fevereiro de 1961, por grupos angolanos que tencionavam libertar os seus membros nacionalistas (Alves, 2016). A partir desse dia, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UPA (União das Populações de Angola) acentuaram as suas ações de revolta pelo país (Cardina, 2020), encorajados pela independência do Congo e da República Democrática do Congo, no ano anterior (Trindade, 2018). Da mesma forma, a Guiné-Bissau e Moçambique orquestraram ataques contra o exército português, buscando fundamento para os seus movimentos de libertação, PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde) e FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), respetivamente, em países independentes como a Guiné-Conacri e o Senegal (Ferreira, 2013). Apesar de as forças militares portuguesas terem combatido em três linhas de frente durante 13 anos, Portugal nunca declarou o estado de guerra e sempre considerou a guerra apenas como um conflito iniciado por bandos armados, influenciados pela ideologia comunista. (Vaz, 1997, apud Ferreira, 2013), uma vez que era necessário transmitir a ideia de defesa de territórios sob alçada governativa de Portugal (Gomes, 2016). O jornalismo era visto como um veículo fundamental do regime fascista (Torres, 2016) que se instalara em Portugal, em 1933, responsável não pelo retratar fiel da guerra, mas pela transformação de mentalidades através da manipulação do conflito (Ferreira, 2013).

A censura apresentava uma realidade ilusória aos portugueses, que desconheciam a realidade da

guerra em África (Furtado, 2016), uma vez que as notícias relatavam o acontecimento, o «quem» e o «onde», mas nunca enfatizavam o «que» realmente se passava (Lopes, 2011, apud Trindade, 2018). Nesta perspetiva, Gomes declara: «Fala-se do rosto da batalha, mas não das caveiras da guerra. Nos casos mais elaborados, a imagem da guerra assume contornos de miragem. De um falso oásis, de um paraíso prometido através da fantasia e da manipulação» (Gomes, 2016, p. 12). Desta forma, o Estado Novo esforçava-se por esconder os impactos da guerra nos militares, ignorando o apoio psicológico de que precisariam e o apoio institucional às famílias de militares mortos e feridos (Cardina, 2017). Esta situação em conjunto com a censura contribuiu para perpetuar o silêncio sobre a Guerra Colonial, por parte dos militares portugueses, que, segundo Madeira (2016), se manteve mesmo após o 25 de abril de 1974. Este silêncio, na opinião de Winter (2010, apud Cardina, 2020), que o denomina de silêncio essencialista, confere aos ex-militares a exclusividade de falar sobre a guerra pela sua experiência direta com o conflito.

Para além de terem os seus textos revistos pela censura em Portugal, os jornalistas enviados para África, entre 1961 e 1974, também tinham a sua cobertura da Guerra Colonial limitada pelos militares portugueses (Torres, 2014). Segundo Fernando Farinha (2014, apud Torres, 2014), a sua segurança e as condições de logística eram garantidas por esses mesmos militares. Os jornalistas, que iam em missão de propaganda (Gomes, 2016), davam visibilidade apenas às boas ações dos soldados, de modo a assegurar a proteção destes e a ganhar apoio junto da opinião pública (Torres, 2014). A vida dos soldados nas colónias era retratada não pelos jornalistas, mas por cartunistas. Neste âmbito, destaca-se Augusto Cid, cartunista português que cumpriu a comissão militar em Angola, em 1966 e 1967, e a sua coleção *Que se passa na frente* (1973), que reproduzia a vida militar humorística e crítica, evidenciando o perigo, o stress e os absurdos vividos pelos soldados na guerra, realidade que difere da representação do conflito por Portugal (La Valle, 2017).

Estas ocorrências não se limitavam apenas à Guerra Colonial Portuguesa. Na sua análise, Grieg (2001) recolheu dados que possibilitaram fazer uma estimativa do número de «crianças da guerra», denominação do *War and Children Identity Project* (WCIP) (Mochmann, 2008), que nasceram de relações entre pessoas apanhadas pelos conflitos que ocorreram ao longo do século XX: estimou-se que tenham sido mais de 500.000. De acordo com Oliveira e Baines (2020), crianças que se encontram nestes contextos são mais suscetíveis a desenvolver depressão e ansiedade; a viver em risco de pobreza

e com poucas oportunidades educativas; a ter dificuldades de acesso à cidadania e aos serviços sociais; e a serem rejeitadas, abusadas ou abandonadas. Nascidas de violações ou de relações sexuais consentidas, as crianças da Guerra Colonial Portuguesa, hoje adultos com idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos, na sua maioria, cresceram sem a presença da figura paterna, abandonados pelo pai e rejeitados até pela própria comunidade (Gomes, 2018). Em Portugal, a temática é pouco falada e os estudos nesta área são escassos, pelo que não há nenhuma estimativa oficial do número de nascimentos provenientes das relações entre os militares e as mulheres africanas, mas a Associação Filho de Tuga estima que seriam mais de 500 pessoas na Guiné-Bissau (Gomes, 2018). No seu livro, Catarina Gomes (2018) revela que estes filhos, chamados de «filhos do vento» por alguns ex-combatentes portugueses e de «filhos de tuga» pela sua comunidade, procuram pela identidade dos pais: alguns anseiam conhecer o seu progenitor e tentam redescobrir-se com base nas informações que têm acerca dele; outros querem apenas a nacionalidade portuguesa, que é sua por direito. Alguns ex-militares portugueses, por sua vez, apreensivos, desejam apenas viver o restante das suas vidas de forma tranquila, sem complicações familiares ou problemas relativos à sua herança (Gomes, 2018). Contudo, conclui-se que a experiência da guerra, bem como o contexto político que se viveu foram fatores que mudaram a vida destes homens (Ferreira, 2013), contribuindo para o silêncio intergeracional, para a permanência do conflito na sua memória (Cardina, 2020), e para uma certa nostalgia, que até ao ano de 2005 levava alguns ex-combatentes a visitar a Guiné e Moçambique: «Os portugueses levam presentes e o que notamos é a ausência de hostilidade de parte a parte. Existe um pathos em cada reencontro, nomeadamente com os mestiços de 30-40 anos deixados para trás pelos soldados. Eles procuram os pais! Chora-se» (Pélissier, 2005, p. 934).

Furriel não é Nome de Pai, uma análise

O Jornalismo Literário permite ao jornalista imergir na realidade, de modo a compreender e a relatar integralmente «os sentidos, os nexos e as conexões existentes no acontecimento» (Martinez, 2014, p. 66, apud Martinez, 2017). Através da análise de discurso do livro *Furriel Não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial*, Catarina Gomes apresenta características do Jornalismo Literário, já identificadas por Tom Wolfe (1973, apud Zdovc, 2004) e por Isabel Soares (2021). A jornalista aprofunda e apresenta um tema

pouco ou nada mediatizado. A questão de fundo que levou a autora a interessar-se por estes esquecidos prende-se com uma questão de justiça social e de consciencialização. Catarina Gomes recorre a uma investigação minuciosa de recolha de dados para se manter fiel à verdade:

Alguns destes volumes amarelados, embrulhados com fios unidos por um lacinho que faz com que pareçam presentes, incluem longas listas dactilografadas de homens. Passei horas sentada a percorrer nomes, linha a linha, com uma régua, para não deixar passar nenhum em falso, à procura de militares que casassem com os nomes dos pais que me haviam sido confiados. (Gomes, 2018, p. 165).

Quando regressa a Portugal após a sua estada na Guiné, Moçambique e em Angola, a jornalista empreende a difícil missão de procurar pelos pais destes esquecidos e/ ou desconhecidos numa tentativa de reparar uma lacuna e contribuir para uma maior dignidade social:

Depois de ter recolhido as primeiras histórias de filhos de ex-militares portugueses, na Guiné-Bissau, senti que tinha voltado a Portugal com uma missão possível. Eu iria unir famílias, promover reencontros, iria procurar e encontrar as metades daquelas histórias. Sentia-me com o poder, e a responsabilidade, de as completar. Afinal, eu tinha os nomes dos pais de alguns daqueles filhos, nalguns casos nomes completos, patentes, às vezes o número do batalhão e, ainda mais valioso, o da companhia a que pertenceram. Era mais do que suficiente para me lançar na busca. Nome do ficheiro: «PAIS PROCURÁVEIS». Criei-o assim mesmo, em letras garrafais, para me chamar a atenção de cada vez que reabria o apinhado computador (p. 163).

A jornalista recorre à imersão, através da observação participante, o que permite compreender e descrever a vida social das personagens (Trindade & Inácio, 2017). Lemann (2015) considera que os melhores jornalistas são capazes de entrar em qualquer local para satisfazer a curiosidade da audiência sobre o que realmente acontece por lá. Enquanto jornalista literária que imerge, observa e entrevista e se envolve de modo empático sente dificuldade em desligar-se da realidade do outro:

Quantas vezes em trabalho de reportagem não senti o desconsolo e o desperdício de ter de arrumar e encerrar para sempre a história de uma pessoa num ou dois pífios parágrafos, que ficavam ali pendurados numa reportagem? Fragmentos de vidas que teriam tão mais que se lhes diga? Quan-

tas vezes, enquanto jornalista, não senti o desejo, sem ter o tempo, de as completar, de aguardar, com vagar e paciência, que se desenrolassem, e continuar de onde fiquei? (Gomes, 2018, p. 19).

Este distanciamento encontra-se, todavia, envolto em silêncio: «Digo-lhe que há um filho de portugueses que montou uma associação para defender os direitos dos filhos de militares portugueses, chama-se Associação Filho de Tuga; mostra um semi-interesse na pertença, mas parece que em tudo o que lhe sai da boca há um “para quê?” de resignação fatalista» (p. 152). A jornalista testemunha as indecisões, receios e os sentimentos de resignação por parte destes descendentes. A dificuldade de os ex-militares assumirem a paternidade é apresentada a partir da desistência inicial devido à complexidade da resolução dos casos.

A autora explora, minuciosamente, a construção de cenários baseados na sua observação dos acontecimentos enquanto esteve na Guiné-Bissau, Moçambique e em Angola, fundamentando a ideia de Sims (1984) que enunciou que o leitor pode observar as pessoas em contextos reais através dos olhos do jornalista. Ao longo do livro, a jornalista apresenta descrições detalhadas fruto da sua presença *in loco* e dos testemunhos dos filhos dos ex-combatentes portugueses da Guerra Colonial:

Quase de regresso a Portugal, toma uma decisão: decide atravessar Angola e fazer os cerca de mil quilómetros de volta ao Luvuei para saber se o filho já tinha nascido. O clima já é de guerra civil. Apanha um comboio dos caminhos-de-ferro de Benguela, de Nova Lisboa para o Luso, localidades que não tardariam a ser Huambo e Luená. É o único branco. [...] Em Nova Lisboa já está há um dia sem comer, está tudo fechado. Jonas Savimbi está a fazer um dos seus primeiros comícios. Consegue chegar a Luená e encontra o chefe Simão, um angolano que lutava pelo exército português. [...] António consegue um táxi, daqueles ainda à portuguesa, pintados de preto e com tejadilho verde, que o leva a Luvuei, a 200 quilómetros (p. 179).

O carácter credível desta obra prende-se com a reprodução de diálogos e descrições dos ex-combatentes e seus familiares, bem como dos filhos mestiços e de outras testemunhas. A carga onomástica e o legado linguístico que se verifica na transcrição de algumas expressões e diálogos demonstram uma perpetuação da invisibilidade destas mulheres negras: «Minha puta de estimação» (p. 57), «“Bajudas bonitas”, vozeavam os militares, “pagavam para tirar a virgindade. À noite saíam do arame farpado e faziam das suas”» (p. 80); «Foi a preta que escolheu?» (p. 128); «[...] A maioria dos

que procurava ter relações sexuais fazia as suas “escapadelas” fora do quartel. Dizia-se que “iam ‘mudar o óleo’. É brutal, a expressão, eu sei”» (p. 133); «Tive lá relações com tantas mulheres, sei lá. Por um bocado de pão faziam o jeito. Lá era tudo à balda. Estas coisas no Ultramar nunca é só de um, é de muita gente. Um homem não é de pau» (p. 167).

O mesmo se aplica aos filhos destas mulheres: «Alguns militares dirigiam-se a estes meninos mulatos que ficavam para trás em tom de gozo, “olha lá, filho de uma ração de combate”, ou “filho de uma nota de 20”. “Era cruel, eu nunca o disse”» (p. 173); «Houve um que ainda disse “não faças isso”, outros passavam pela jaula e atiravam insultos: “preto de merda”, “turra de um cabrão”, “filho da puta”» (p. 178).

O livro apresenta o ponto de vista dos sujeitos entrevistados a partir dos seus pensamentos, emoções e atitudes: «A singularidade do Jornalismo Literário é estar no terreno, a observação cuidadosa e anotações, o diálogo realista, a possibilidade de os leitores estarem dentro das mentes dos sujeitos» (Amorim & Baltazar, 2020, p. 67). Desta forma, o leitor aproxima-se da narração da história a partir de perguntas retóricas que a própria jornalista vai fazendo ao se colocar no lugar do outro:

Como é que se conta a um filho sobre o dia em que se perdeu a virgindade? Como é que se faz para lhe explicar que ele começou naquela primeira vez sem sentido? Que o furriel português, que conheceu em casa de familiares, e a quem ela disse que «não» tantas vezes, a perseguiu até Bissau, onde ela era estudante, e um dia a convidou a ir conhecer, por dentro, o edifício da Cruz Vermelha? E que afinal a levou para um quarto e fechou a porta à chave? (Gomes, 2018, p. 56).

Estes momentos de introspeção são intercalados com o discurso direto fazendo memória do passado dos entrevistados: «Tinha 18 anos. Eu era virgem, fiquei como uma morta, um cadáver, na cama. Foi só brincar comigo e acabou, tomou banho e foi-se embora» (p. 56).

Por outro lado, os relatos dos entrevistados são seguidos por desabafos da jornalista fruto do confronto com a realidade: «Tocada por estes “abandonos”, fiz um esforço enorme para não julgar estes pais, para tentar compreendê-los e ao seu contexto» (p. 168).

Outra questão que se levanta é a das esposas dos ex-combatentes, frequentemente reportadas como as principais oponentes à reconciliação filial: «Com foto ou sem foto, o pai nunca escreveu nem ligou. Será que leu as cartas? Será que a sua esposa as interceptou? Circula a ideia de que são as mulheres portuguesas destes homens os grandes em-

O presente artigo identifica as características da linguagem jornalístico-literária na obra *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial [...]* a história está refletida nas opiniões e nas emoções dos ex-combatentes

pecilhos ao reconhecimento dos filhos da guerra» (p. 97).

O jornalista literário observa o quotidiano e conta o comportamento, as características físicas e emocionais, os hábitos, os gestos, os detalhes do ambiente, entre outros aspetos. Catarina Gomes ouve cuidadosamente o que os entrevistados querem partilhar e conta as suas histórias. O leitor é transportado para a cena entrando no pensamento do entrevistado:

“Não saem da mente”. De cada vez que Fernando Hedgar da Silva, na sua qualidade de presidente da Associação Filho de Tuga, entrevista um novo associado, como agora, inicia um guião que lhe surge rotinado. [...] As respostas também se lhe tornaram previsíveis, e Fernando sabe de antemão que há uma parte do questionário que flui e outra em que vai haver solavancos (p. 50).

A construção imaginada do parentesco paterno é um aspeto recorrente que assombra a vida dos sujeitos e que está espelhado em toda a obra:

«Tu és tal e qual o teu pai». «A altura é a mesma, és baixo». «Jogas futebol?» «Sim». «Ele também». Adulai disse-lhe a brincar que devia ser melhor do que o pai: jogava a extremo e ponta de lança enquanto o pai, segundo Vítor, a médio-avançado. O facto de jogar à bola bem como o pai passou a ser encarado como uma marca de hereditariedade. E em tudo o que Vítor lhe dizia estava presente essa ideia: saís ao pai. E ele acreditava nisso, era reconfortante (p. 89).

Relativamente à linguagem jornalístico-literária, verifica-se uma utilização abundante de recursos expressivos:

- comparação: «Cada um com a sua mala de pega na mão, como se fossem representantes de

uma religião que tem para oferecer aquilo que parece tão impossível como a terra prometida» (p. 61);

- enumeração: «Emília brincava com o que havia, macacos, galinhas, papagaios, furriéis, alferes» (p. 130);

- adjetivação abundante: «Ele é bonito, é um bonito homem» (p. 153); «Tinha longas conversas com o meu sogro, o velho Andrade, um homem magro e calmo, educado e culto» (p. 177); «palavras desnecessárias, inúteis, mas as poucas que conseguirá dizer» (p. 196).

A voz autoral de Catarina Gomes realça o seu ponto de vista sobre os testemunhos contados e vivenciados no local. De acordo com Gillespie (2012) a visão crítica do jornalista literário pode associar-se à interpretação subjetiva do jornalista: «Mas. Parece que há sempre um “mas” por dizer a seguir aos elogios que lhe faz. [...] E diz dar uma barriga, em vez de dar um filho» (p. 100); «“Era um homem cheio de força, cheio de genica”. E agora parece que lhe está a gabar a virilidade» (p. 128); «Riscos de uma presença frágil, a contrastar com os nomes valentões de companhias (que eram baptizadas pelos próprios homens) que ainda se encontram escritos em ruínas de quartéis portugueses: os Relâmpagos, os Lobos, os Sempre Bravos. Como se as arrojadas designações lhes pudessem conferir o poder de não se deixarem matar» (pp. 168-169).

Conclusão

O presente artigo identifica as características da linguagem jornalístico-literária na obra *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial* e explora como a história do livro está refletida nas opiniões e nas emoções dos ex-combatentes portugueses da Guerra Colonial. A versatilidade da escrita de Catarina Gomes continuamente empregou mais do que uma característica deste jornalismo em simultâneo. De acordo com Zdovc (2004), o Jornalismo Literário também tem a capacidade de conectar os escritores com as mentes e corações dos seus leitores. A obra de Catarina Gomes é pautada por questões de justiça social, uma vez que dá voz aos filhos dos militares portugueses da Guerra Colonial. A partir da imersão, a jornalista fez uma recolha de dados exaustiva mantendo-se fiel aos fatos. Utilizou a técnica da entrevista e da observação participante, alternando entre a primeira e a terceira pessoas para dar uma visão de uma consciencialização autoral. A empatia sentida por Catarina Gomes resulta numa homenagem a todos os silenciados e esquecidos por esta guerra na tentativa de lhes devolver a dignidade. A autora explora os impactos emocionais, sociais e familiares que muitos sujeitos enfrentaram ao crescerem sem

a presença paterna e sob a sombra da guerra, abordando também questões mais amplas, como as políticas governamentais em relação aos filhos dos militares, o estigma social enfrentado por essas famílias e os esforços para buscar reconhecimento e apoio dos pais militares. Através de entrevistas, relatos pessoais e pesquisa minuciosa, a autora oferece uma visão profunda e sensível dessas histórias, trazendo à tona a realidade das crianças e as suas lutas pessoais. O livro também contribui para um debate mais amplo sobre memória coletiva, identidade e reconciliação nas sociedades pós-coloniais. A obra retrata histórias menos conhecidas da história de Portugal e dá voz às pessoas afetadas por essa realidade, buscando uma compreensão mais completa do impacto duradouro da Guerra Colonial na sociedade portuguesa. O livro *Furriel não é Nome de Pai* estimula reflexões sobre as políticas públicas relacionadas aos filhos deixados pelos militares portugueses durante a Guerra Colonial destacando a necessidade de políticas de reparação, apoio social, inclusão, memória, igualdade de género e acesso à informação e justiça para lidar com as consequências dessas situações históricas.

Fontes e bibliografia

- Alves, T. (2016). O sentido fabricado do início da guerra em Angola na imprensa de Lisboa. Em S. Torres (ed.). *O jornalismo português e a Guerra Colonial* (1.ª ed., pp. 61-86). Guerra & Paz.
- Amorim, R., & Baltazar, R. (2020). Insights into Contemporary Portuguese Literary Journalism: The Crónicas of José Luís Peixoto. *Literary Journalism Studies*, 12 (1), 64-81.
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo opinativo*. Editora Sulina.
- Boynton, R. S. (n. d). About the Book. *The New New Journalism: Conversations with America's Best Nonfiction Writers on Their Craft*. <https://newnewjournalism.com/about.html>
- Burke, B., Leckman, P., Sturzen, A., Vlack, K. V., & Villanueva, H. (2006). Lessons from New New Journalism. *Arizona Anthropologist* (17), 76-90. <http://hdl.handle.net/10150/110025>
- Cardina, M. (2017). Guerra Colonial. *Cartografia Afro-Lusa de Cultura, Língua e Artes*. Estórias: Portugal-África. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/48513>
- Cardina, M. (2020). Memorias de la guerra y de la violencia colonial: Portugal, 1961-2018. Em A. M. Gutiérrez, A. V. López & A. G. Hervás (eds.). *Justicia, memoria, integración. Debates teóricos y experiencias en el marco de las instituciones sociales* (pp. 171-190). Editorial Universidad Pontificia Bolivariana. <http://hdl.handle.net/20.500.11912/5788>
- Coutinho, M. J. (2021). *Jornalismo literário português: história, jornalistas e a reportagem escrita*. Livros ICNOVA. <https://run.unl.pt/handle/10362/130429?mode=simple>

- Coutinho, M. J., & Passos, M. Y. (2020). Voices in War Times: Tracing the Roots of Lusophone Literary Journalism. *Literary Journalism Studies*, 12 (1), 43-63.
- Domingues, J. M. (2016). As narrativas portuguesas sobre naufrágios e o texto do jornalismo literário. *Revista FAMECOS*, 23 (4), 1-13. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.s.24898>
- Faria, N. S. (2011). Jornalismo literário: um olhar histórico para o género e suas características. *Comunicação Pública*, (1), 29-44. <https://journals.openedition.org/cp/210#bodyftn16>
- Ferreira, C. (2013). *Os media na Guerra Colonial: A manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime* (1.º ed.). Minerva Coimbra.
- Furtado, J. (2016). Desinformação e descolonização. Em S. Torres (ed.). *O jornalismo português e a Guerra Colonial* (1.º ed., pp. 422-431). Guerra & Paz.
- Gillespie, B. (2012). Building Bridges between Literary Journalism and Alternative Ethnographic Forms: Opportunities and Challenges. *Literary Journalism Studies*, 4 (2), 67-80. <https://ialjs.org/wp-content/uploads/2013/01/067-80-Buildingbridges.pdf>
- Gomes, A. M. (2016). Prefácio. Em S. Torres (ed.). *O jornalismo português e a Guerra Colonial* (pp. 11-29). Guerra & Paz.
- Gomes, C. (2014). *Pai, tiveste medo?* Matéria Prima.
- Gomes, C. (2018). *Furriel não é Nome de Pai: Os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial*. Tinta da China.
- Grieg, K. (2001). *The War Children of the World*. War and Children Identity Project. https://www.academia.edu/2189623/The_war_children_of_the_world
- Jacobson, S., Marino, J., & Gutsche, R. E. (2015). The Digital Animation of Literary Journalism. *Journalism*, 17 (4), 527-546. <https://doi.org/10.1177/1464884914568079>
- La Valle, P. (2017). Corpo-colônia: Um estudo preliminar sobre a representação das mulheres negras africanas durante a Guerra Colonial a partir da «Que se passa na frente» de Augusto Cid. *Revista Desassossego*, 9 (17), 5-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v0i17p05-24>
- Lemann, N. (2015). The Journalism in Literary Journalism. *Literary Journalism Studies*, 7 (2), 51-58. <https://s35767.pcdn.co/wp-content/uploads/2016/01/052-061-LJS-v7n2.pdf>
- Madeira, C. (2016). Arte da performance e a guerra colonial portuguesa: relações no tempo histórico. *Media & Jornalismo*, 16 (29), 15-25. https://doi.org/10.14195/2183-5462_29_1
- Martinez, M. (2009). Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 6 (1), 71-83. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p71>
- Martinez, M. (2017). Jornalismo literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40 (3), 21-36. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201732>
- Mateus, F., Martins, L., & Passos, M. Y. (2021). «O jornalismo literário dá voz aos oprimidos». Entrevista com John S. Bak. *Comunicação & Sociedade*, 43 (1), 319-338. <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacao-sociedade/article/view/371/363>
- McNair, B. (2005). What is Journalism? Em H. d. Burgh (ed.). *Making Journalists: Diverse Models, Global Issues* (pp. 25-43). Routledge.
- Mochmann, I. C. (2008). Children Born of War. *OBETS: Revista de Ciencias Sociales* (2), 53-61. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2798944>
- Oliveira, C., & Baines, E. (2020). Children «Born of War»: A Role for Fathers? *International Affairs*, 96 (2), 439-455. <https://doi.org/10.1093/ia/iaa007>
- Pauly, J. J. (2020). The New Journalism, 1960-80. Em W. E. Dow, R. S. Maguire & Y. Nakamura (eds.). *The Routledge Companion to American Literary Journalism* (pp. 149-162). Routledge.
- Pélissier, R. (2005). Sobreviver num mar de tinta. *Análise Social*, 40 (177), 925-945. Doi: 10.31447/AS00032573.2005177.08.
- Rosa, V. (2019). *A cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida* [Tese de doutoramento, ISCSP].
- Schudson, M. (2001). The Objectivity Norm in American Journalism. *Journalism*, 2 (2), 149-170. <https://doi.org/10.1177/146488490100200201>
- Sims, N. (1984). *The Literary Journalists*. Ballantine.
- Sims, N. (2007). *True Stories: A Century of Literary Journalism*. Northwestern University Press. <https://books.google.pt/books?id=AjcFTajAsnC&printsec=frontcover&hl=ptPT#v=onepage&q&f=false>
- Soares, I. (2019). Documentário literário de cá e de lá do atlântico – Da favela do Rio de Janeiro aos bairros de Luanda e história(s) de superação da adversidade. *TSN. Transatlantic Studies Network*, 5 (8), 83-91. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7708282>
- Soares, I. (2021). A reportagem e o jornalismo literário ou a reportagem como jornalismo literário. Em P. Coelho, A. I. Reis & L. Bonixe (eds.). *Manual de reportagem* (pp. 57-75). LABCOM.
- Torres, S. (2014). *Guerra Colonial na Revista Notícia* (1.º ed.). Minerva Coimbra.
- Torres, S. (2016). *O jornalismo português e a Guerra Colonial*. Guerra e Paz.
- Trindade, A. (2018). Outsiders Looking In: Early Days of the Angolan Wars in Diário de Notícias. Em A. Griffiths, A. Alvès & A. Trindade (eds.). *Literary Journalism and Africa's Wars: Colonial, Decolonial and Postcolonial Perspectives* (pp. 109-135). PUN-Éditions Universitaires de Lorraine.
- Trindade, A. (2021). Os lugares na obra jornalística e literária de Luís Fernando: Crónicas e «Silêncio na Aldeia». *Cadernos de Literatura Comparada*, (44), 91-109. <https://doi.org/10.21747/2183-2242/cad44a5>
- Trindade, A., & Inácio, R. (2017). Periodismo literário, derechos humanos e integración: un caso português. *Cuadernos.Info*, (40), 235-249. <https://doi.org/10.7764/cdi.40.814>
- Trindade, A., & Soares, I. (2016). CPLP, o Mundo e a Lusofonia. Lusofonia, Anglofonia, Línguas em Território Global. Em S. P. Sebastião (ed.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmção Global das Culturas de Expressão Portuguesa* (pp. 177-202). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Zdovc, S. M. (2004). Literary Journalism: The Intersection of Literature and Journalism. *Acta Neophilologica*, 37 (1-2), 17-23. <https://doi.org/10.4312/an.37.1-2.17-23>